

Os anos de chumbo

Entre os temas abordados pelos militares entrevistados em um livro recentemente lançado no Brasil, destacam-se os métodos usados na repressão, a responsabilidade dos chefes e a enorme dificuldade das Forças Armadas para oferecer uma versão "socialmente aceitável" sobre a guerra suja que elas promoveram contra as organizações armadas da esquerda brasileira



Os chefes militares prometeram dias após o 1º de abril de 64 que a intervenção seria rápida, mas a ditadura acabou durando 21 longos anos

Marcelo Montenegro*

“**P**ela perversão com que fizemos o mundo, ainda será necessário conviver muito tempo com os militares, por isto é indispensável saber o que pensam e em muitos sentidos entendermo-nos com eles.” E mais, “enquanto mantivermos uma aproximação dedutiva, a partir de concepções teóricas de natureza eurocêntrica ou *americanocêntrica* para saber como são os militares brasileiros, nunca chegaremos a entendê-los na realidade”. Com este raciocínio, o pesquisador Gláucio Soares arquitetou seu



projeto de inscrever-se no imaginário militar que reinou durante os anos mais duros da repressão no Brasil, quando a tortura de opositores se tornou corriqueira.

Junto com Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, ambos professores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro, Soares, que é professor do Center for Latin American Studies da Universidade da Flórida, Estados Unidos, entrevistou 12 comandantes militares que ocuparam postos-chaves nos organismos de re-

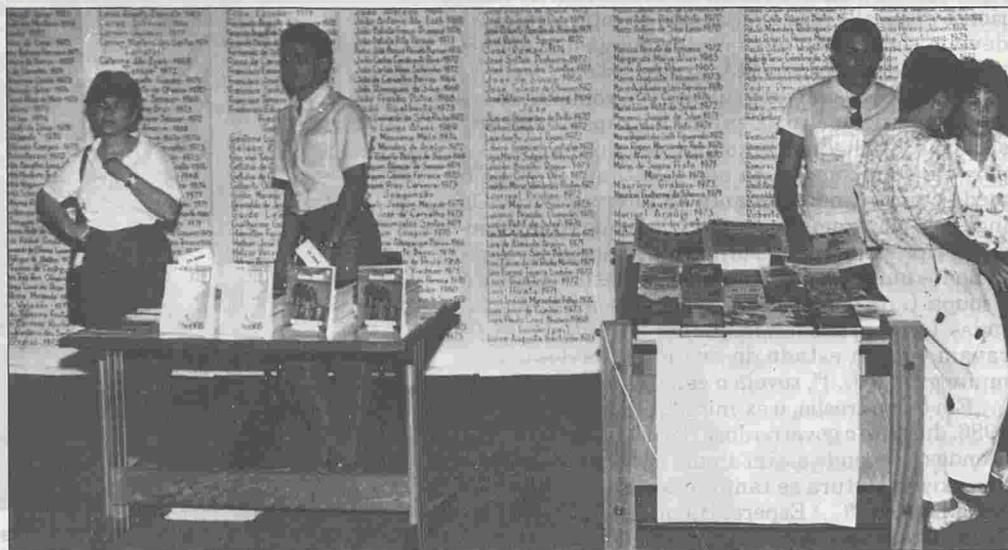
pressão e inteligência militar durante a ditadura que governou o país durante 21 anos.

No livro *Os anos de chumbo – a memória militar sobre os anos de repressão*, lançado em agosto no Brasil pela editora Relume-Dumará, os autores, através de testemunhos obtidos por meio de questionários, mostram como pensam os generais que conduziram os anos de chumbo e por que atuaram daquela maneira. As entrevistas representam uma fonte preciosa e são até agora o material mais completo sobre o que poderia ser considerada uma “visão militar” da repressão política no Brasil.

“Se conhece muito bem o que pensam as instituições de defesa dos direitos humanos como a Anistia Internacional ou o grupo Tortura Nunca Mais. Mas pouco se sabe, em contrapartida, sobre o que efetivamente pensam os militares sobre a experiência que viveram. Revelar este pensamento é um dos objetivos do trabalho”, declaram os organizadores do livro na introdução da obra.

Os anos de chumbo – O livro reúne em pouco mais de 300 páginas o testemunho dos fundadores do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Centro de Informação do Exército (CIE), do Centro de Operações de Defesa Interna (Codi), da escola de inteligência do exército e de outras instituições que foram as instâncias-chave do “combate ao comunismo” e do desmantelamento das organizações armadas da esquerda no Brasil.

A obra tem passagens “nuas e cruas”, que revelam, por exemplo, que os entrevistados atuaram convencidos de estar em guerra contra um inimigo internacional de extrema periculosidade, o qual não duvidaram em torturar e massacrar quando puderam, apoiados por um maquinário bélico absolutamente desproporcional. Muitas vezes entraram em



A repressão militar criou uma lista imensa de mortos e desaparecidos políticos



Ivan de Souza Mendes diz que é ingenuidade negar que houve tortura durante o regime militar

confronto com mulheres guerrilheiras que os combatiam com armas nas mãos e, em alguns casos, chegam a afirmar que notaram mais determinação nas guerrilheiras do que nos homens.

A prática de torturas e outras aberrações contra os prisioneiros é um dos temas mais chocantes do livro. Nenhum dos entrevistados reconhece ter ordenado violações aos direitos humanos nem as defende explicitamente. Ainda que as respostas e opiniões que se revelam sejam heterogêneas, podem ser percebidos dois tipos de atitudes: os que não aceitaram os métodos da chamada "guerra suja" e aqueles que o fizeram.

O general Adyr Fiúza de Castro, por exemplo, é capaz de repetir detalhes de interrogatórios de prisioneiros e prisioneiras, narrando-os como um técnico que sabe como fazer a guerra. De acordo com as lições que os oficiais brasileiros receberam no exterior, o general Fiúza explica que os interrogatórios deviam ser feitos o mais rápido possível, e o mais próximo possível do momento da prisão.

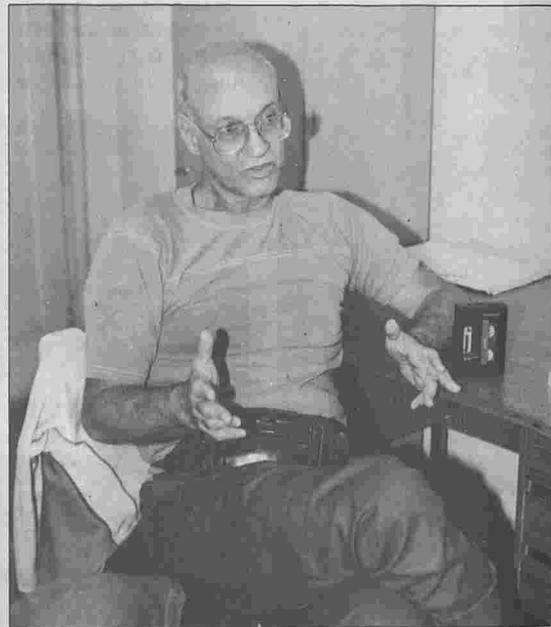
"É uma questão de combate. Em combate se interroga o prisioneiro de guerra logo após a sua prisão, pois é neste momento que ele falará mais. Depois ele se recompõe, já não fala tanto. Porque o medo é um grande ajudante do interrogatório. Os ingleses, por exemplo, recomendam que só se interroge o prisioneiro nu, porque afirmam que evidentemente uma das defesas do homem e da mulher é a roupa. (...) Com exceção das pessoas mais estruturadas, (...) os prisioneiros, quando eram despidos, ficavam em um estado de angústia, de depressão muito grande(...)", revela o general no livro.

Em outro trecho, o ex-ministro chefe do SNI até 1986, durante o governo José Sarney, Ivan de Souza Mendes, responde assim a uma pergunta sobre por que existia tortura se tantos oficiais a repudiavam como prática: "(...) Espere. Há que se buscar a verdade nisto. E isto deve ser feito com meticulosidade. Eu não vou dizer, seria mentira e inclusive ingenui-

de chumbo

dade que nunca houve tortura. E não foi só aqui (no Brasil). Na Argentina foram feitas barbaridades. Os (norte-)americanos a ensinam, os ingleses são mestres em ensinar como se deve arrancar uma confissão sob pressão, sob tortura, de qualquer maneira. E a Inglaterra é o paradigma da democracia. Dão cursos aos amigos. Agora, realmente, quando se quer investigar alguém é necessário verificar se no momento em que estava exercendo esta função ocorreram ou não, sob suas ordens, os fatos denunciados. Porque este foi um processo que durou muitos anos. Pode ter havido tortura em outras épocas. Não na época do general Frota (Sylvio Frota, comandante do I Exército durante o governo Médici e ministro do Exército no governo Geisel). Sou testemunha. Sempre soube que ele inspecionava pessoalmente as prisões(...) para que não se cometessem abusos."

Uma velha inquietude – Um dos organizadores do projeto Os Anos de Chumbo, que está dividido em três livros, um ainda a ser lançado (o primeiro chama-se *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*), o professor Gláucio Soares revela que os motivos pelos quais decidiu entrar em um labirinto do qual a maioria das pessoas foge "datam do dia do golpe" (1º de abril de 1964): "Quería entender qual era a lógica do sistema implantado." Pouco tempo mais tarde, conversando com o economista Celso Furtado na Califórnia, teve a dimensão do "tempo" que se avizinhava. Não só no sentido político como também do "tempo cronológico". Furtado disse para ele: "Este regime dura 20 anos." E avaliando as consequências de um exílio tão longo (viveu no Chile na



Gláucio Soares revela o pensamento dos militares sobre o período mais negro da ditadura militar, entre o final de 1968 e início de 1976

década de 70, dirigindo a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), cita como exemplo o personagem do filme francês *A guerra terminou*: um jovem exilado espanhol que todas as manhãs ao se levantar olha-se no espelho e jura que neste dia Franco cai. Tempos depois, ao repetir "hoje cai", se deu conta que já estava velho.

Em 1964, Soares chegou ao Brasil vindo dos Estados Unidos, onde estava vivendo, poucas semanas antes do golpe. Diz que a atmosfera que encontrou era "de revolução", mas de esquerda. "Todos nos enganamos. Se esperava uma revolução de esquerda, e foi a direita que a fez." Remonta a isto seu interesse por investigar a lógica interna do autoritarismo e também o descobrimento dos obstáculos que uma investigação deste tipo enfrenta. "É muito difícil estudar o autoritarismo enquanto este está no poder porque não há fontes disponíveis. Não há diários, nem revistas, nem livros. Há que se limitar a coisas muito pontuais, uma publicação, uma entrevista."

Informação esporádica – Durante décadas, Soares se limitou a coletar estes fatos isolados que a censura mantinha dispersos. Desta forma conseguiu juntar e sistematizar todos os chamados "bilhetinhos" que completaram um ciclo no Brasil. Eram originados nos quartéis e estavam endereçados às redações dos jornais contando episódios que por lei eram secretos.

"Fundamentalmente eram mensagens políticas. Não estavam relacionados com conflitos de classes, sociais ou econômicos", disse. Os "bilhetinhos" duraram do início da década de 60 até a entrada da década seguinte e "fazem uma curva que coincide com a curva dos mortos." Soares disse que este "sistema" peculiar de deixar vazar para a imprensa certas informações não teve nenhum método nem nenhuma lógica. "Havia grupos que atuavam de forma autônoma, e assim informações cuja publicação estava proibida por ordem do ministro da Justiça, no Rio, eram divulgadas sem problemas na Bahia."

As cassações – Um segundo objeto de estudo foram as proscricções de parlamentares. Segundo o argumento do governo, a cassação dos direitos políticos de deputados e senadores, retirando-lhes mandatos constitucionais, estava fundada em razões de corrupção e subversão. "Só que, quando fomos ver quem foram os primeiros parlamentares atingidos por estas cassações, comprovamos que eram todos os de grande tradição na-

cionalista. E que quanto mais ativos tivessem sido neste nacionalismo, mais rápido foram cassados."

A segunda onda de cassações foi executada de acordo com as conveniências políticas do governo militar. Quem votava a favor dos projetos do Poder Executivo ficava no Parlamento. Quem votava contra, era proscrito. "Nas entrevistas ficou claro que a seleção dos deputados foi feita principalmente com base nos critérios de conveniência política", afirma.

A criação do SNI imediatamente depois do golpe e que chegou a empregar duas mil pessoas no apogeu da repressão mereceu menção especial do pesquisador.

Soares diz que o serviço secreto foi fundado como produto da constatação de que o presidente constitucional deposto, João Goulart, não sabia que todos conspiravam a seu redor. "Goulart não sabia que os militares iam depô-lo, porque o presidente precisava neste momento de uma "inteligência" que o servisse. Os militares se deram conta de que a inexistência de um organismo central deste tipo provocava uma grande debilidade no Poder Executivo e decidiram remediar esta carência imediatamente."

Na investigação, o autor descobriu outros elementos característicos do regime autoritário brasileiro. Primeiro, o uso pessoal da informação: uma quantidade de pessoas foi denunciada por ciúme e competência no trabalho, disputas comerciais etc., "exemplo claro do que ocorreu depois na Argentina", afirma Soares. "A ditadura conseguiu despertar os piores sentimentos que há no ser humano", disse. Em segundo lugar, a identidade do pensamento dos militares. "Há respostas heterogêneas sobre pontos distintos, mas o fio do discurso é de uma coerência impressionante. Muitos de nossos 12 entrevistados não se conheciam, nem todos sabiam quem eram os outros, e alguns nem sequer se falam, por desavenças pessoais ou profissionais. Mas defendem as mesmas teses", conclui o co-organizador do projeto *Os anos de chumbo*.

Gláucio Soares doutorou-se em sociologia na Washington University-St.Louis e é atualmente professor titular de Estudos Latino-Americanos e Sociologia da Universidade da Flórida, nos Estados Unidos. É também pesquisador associado da Fundação Getúlio Vargas e escreveu *Sociedade e política no Brasil* (1973) e *A questão agrária na América Latina* (1976). Recentemente organizou, também em conjunto com Maria Celina D'Araújo, *21 anos de regime militar: análises e perspectivas*, livro que foi editado pela FGV este ano.

O general
Leônidas Pires
Gonçalves,
ex-ministro do
Exército no
governo Sarney,
é um dos
militares
entrevistados
no livro



*Colaborou Jessie Jane Vieira de Souza